



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6320 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

**A PRODUÇÃO DOCENTE NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA DO ESTADO DO PARANÁ:
CATEGORIA DE PRÁXIS COMO DESVELADORA DA PSEUDOCONCRETICIDADE
DO REAL**

Mayco Aparecido Martins Delavy - UFPR - Universidade Federal do Paraná

**A PRODUÇÃO DOCENTE NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA DO ESTADO DO PARANÁ:
CATEGORIA DE PRÁXIS COMO DESVELADORA DA
PSEUDOCONCRETICIDADE DO REAL**

PALAVRAS-CHAVE: Educação Crítica. Currículo. Formação de Professores.

O presente resumo expõe os resultados parciais da pesquisa de mestrado em educação e se propõe a analisar a fundamentação teórica do trabalho didático-pedagógico nos artigos do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE/PR, na disciplina de Filosofia, entre os anos de 2007 a 2016, a partir das teorias críticas de currículo e sociedade. Tal recorte temporal se deve à limitação temporal imposta, até o presente momento, pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná que ainda não tornou públicas as produções dos anos de 2017, 2018 e 2019.

Parte-se de uma concepção de currículo e sociedade filiada a uma compreensão material dos processos cambiantes de transformação social e política que impactam e, por vezes, determinam os rumos e acentos das políticas públicas no campo educacional e, por sua vez, na esfera que pensa a formação de professores da educação básica.

O PDE/PR foi instituído como política pública abrangendo todo o Estado do Paraná em 2007, regulamentado pela Lei Complementar nº 103/2004, em 15 de março de 2004, o programa passa, então, a ser parte integrante do plano de carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do estado como uma política pública de formação profissional. Desde então e dentro do recorte temporal da presente pesquisa, 53 professoras e professores passaram por esse processo formativo com duração de dois anos. Reforçamos que, atualmente e embasados nos dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, no portal SEED em números, o estado possui 777 professores concursados e integrantes do Quadro Próprio do Magistério (QPM), distribuídos em 32 Núcleos Regionais que perfazem 399 municípios. O número total de escolas é 2143, das quais: 1536 ofertam a modalidade de Ensino Médio, etapa que, até o presente, a disciplina de Filosofia ainda se faz obrigatória.

Em números, significa pensarmos que temos uma porcentagem de 0,505 professores de Filosofia por escola de ensino médio do Estado, com apenas 6,82% do quadro de

professores concursados concluintes do processo formativo PDE. Em pouco mais de 13 anos, atingimos como Rede apenas 6,82% dos nossos professores em uma proposta formativa que, como lei, em seu artigo 4, estabelece que “Todas as atividades, estudos e produções do PDE darão prioridade à superação das dificuldades com que se defronta a Educação Básica das escolas públicas paranaenses” (PARANÁ, 2010).

Esses resultados são fruto da delimitação legal da política de formação que estabelece que apenas os professores e professoras que se encontram no nível II, classe 8 a 11 da carreira do Magistério podem participar desse processo formativo. Supõe-se, nesse caso, no mínimo entre 7 a 10 anos de trabalho docente como funcionário público concursado. O processo formativo dura dois anos. No primeiro ano garante-se o afastamento da sala de aula com licença remunerada para estudo. No segundo ano, o profissional tem garantido o afastamento de 25% do total da carga horária para efetivar uma intervenção didática no espaço de trabalho. O produto do trabalho do primeiro ano materializa-se em um artigo com fundamentação teórica justificador do recorte de pesquisa selecionado pelo professor pesquisador. Já no segundo ano, o professor pesquisador apresenta uma Produção Didático-Pedagógica com foco de intervenção no espaço de trabalho escolar.

Pressupõe-se, neste caso, a existência de um profissional da educação pesquisador com domínio de suas epistemologias de trabalho. No entanto, trata-se o espaço da escola como um “espaço de intervenção” do pesquisador. Em documento datado de 2013, delimita-se as grandes linhas teóricas de trabalho para a disciplina de filosofia: I) O Ensino de Filosofia: concepções, Metodologias e o uso de textos Clássicos (EFCMTC); ii) Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência (TCFC); iii) Estética (E); iv) Ética e Filosofia Política (EFP) e v) Filosofia das Religiões (FR) (PARANÁ, 2013).

A partir de análise qualitativa realizada nos 53 trabalhos disponíveis na base de dados da SEED-PR, categorizamos que 22 trabalhos filiam-se à linha EFCMTC, 21 trabalhos à linha EFP, 7 trabalhos à linha E, 1 trabalho à linha TCFC e 1 trabalho à linha FR. A categorização realizou-se a partir da análise de conteúdo do material, utilizando o software Iramutec para a realização da análise qualitativa.

Esse processo formativo, a despeito de ainda estar legitimado legalmente pelas legislações do Estado do Paraná, vem sofrendo inúmeros ataques por parte do poder público local, visando a destruição de uma etapa de qualificação que tem em seu foco principal a defesa de um professor pesquisador, consciente e sujeito de sua profissão.

Percebe-se até o presente momento desta pesquisa que 83,01 % dos trabalhos vinculam-se às linhas de pesquisa que tratam do ensino de filosofia, concepções e metodologias e à ética e filosofia política. Como visto, um dos principais objetivos do programa PDE está na contribuição na superação dos grandes desafios da escola pública paranaense. No entanto, quando essa proposta se materializada na produção docente, tem-se a impressão que o grande problema do ensino público paranaense, situado à luz do ensino de filosofia, concentra-se na ausência de metodologias eficazes na construção de aprendizagens.

Faz-se necessário uma análise profunda das condições materiais e causais que sustentam o fato inegável na educação pública brasileira: “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa” (RIBEIRO, 2011, p. 27). Um programa, parafraseando Darcy Ribeiro, orquestrado pelo sistema econômico que expropria e mata qualquer possibilidade de uma formação séria e consistente por parte das classes subalternas (ÁRIAS, 2017, p. 84).

Compreendemos, pois, que as teorias críticas de currículo e sociedade se apresentam como um instrumento essencial no processo a que Karel Kosik nomeou de

pseudoconcreticidade. Temos neste campo epistêmico uma negação radical do real instituído como um dado naturalizado, sem possibilidade de alteração ou, como vemos no atual sistema educacional capitalista, no máximo analisado sob uma perspectiva reformista da educação: “A pseudoconcreticidade é justamente a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da *praxis* utilitária” (KOSIK, 1976, p. 24).

A redução das problemáticas educacionais ao campo meramente metodológico é uma característica das teorias pedagógicas reformistas e submissas ao sistema de capital. Como se, no plano educativo, os problemas criados pudessem ser compreendidos longe de um todo orgânico com suas determinações. No corpus da presente pesquisa, defende-se que a ruptura com a pseudoconcreticidade se dá por meio de uma práxis autêntica, conceito desenvolvido na obra "Filosofia da Práxis", do filósofo hispano-mexicano Adolfo Sánchez Vásquez. Diferente do que poderia se pensar, o “êxito não constitui a verdade; ele simplesmente a torna transparente, ou seja, torna visível que o pensamento reproduz adequadamente uma realidade” (VÁSQUEZ, 2011, p. 149).

Em sua tese III sobre a práxis revolucionária como unidade do homem e das circunstâncias, Vásquez afirma que a educação é o que permite que o ser humano faça a passagem de uma situação pré-racional ao “reino da razão”: “educar é transformar a humanidade. Mas quem são os educadores que devem educar o resto da sociedade?” (2011, p. 150). Defendemos que também por meio da materialidade da produção intelectual dos professores e professoras do estado do Paraná é que poderemos conhecer com maior profundidade quem são esses profissionais que educam os que são educados.

A compreensão dessa produção também nos permite analisar o caráter revolucionário, ou não, dessas produções. O que se pretende dentro do recorte do capital é uma readequação do real-em-si às premissas do sistema de exploração e expropriação, nunca uma transformação radical das bases de produção e, por sua vez, das bases educacionais que justificam a desigualdade social e epistêmica como barreira intransponível:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

A relação estrutural defendida por Mézáros entre os “processos educacionais” e os “processos sociais mais abrangentes de reprodução” e a possibilidade de ruptura com a ordem instituída dentro de uma lógica revolucionária de mudanças dos sistemas hegemônicos de educação é uma premissa que devemos, ou deveríamos encontrar nos trabalhos de fundamentação teórica dos professores em estágio de formação e qualificação profissional para o retorno às salas de aula. Sem essa premissa, os processos de formação de professores se reduzem, unicamente, à lógica da correção de “detalhes defeituosos da ordem estabelecida” (2008, p. 25).

Também em Appel (1982) encontramos essa pressuposição, na medida em que o autor compreende a materialidade dos processos educativos como produtos da lógica de mercado reinante. Em sua análise sobre a hegemonia e sobre os conhecimentos hegemônicos, Appel apresenta as relações entre currículo e sociedade, entre educação e estrutura econômica, entre “conhecimento e poder” como parte da ideologia dominante que determina o que deve e o que não deve ser ensinado nas escolas: “A escola não é um espelho passivo, mas uma força *ativa*, uma força que também serve para *legitimar* as ideologias e as formas econômicas e sociais tão estritamente ligadas a ela” (1982, p. 67 Grifos do autor).

Compreende-se que apesar da materialidade da produção docente, em geral, não

apresentar um caráter de real ruptura com o sistema de ensino e estado burguês, reconhece-se neste processo formativo uma importância nodal na formação e preparação do professor como um intelectual orgânico à serviço de uma sociedade não desigual e capaz de uma formação desveladora das situações estruturais que permitem a manutenção da desigualdade social, política e epistemológica.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Trad. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARIAS, Valéria. **Educação Filosófica: entre a redução às metodologias precedimentais, os limites da institucionalização e a razão instituinte**. Tese disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52001?show=full>. Último acesso: 22 de jun. 2020.

HORN, Geraldo Balduino. **Ensinar Filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos**. 2 ed. rev. e ampl. Curitiba: CRV, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

PARANÁ. **Cadernos PDE/PR**. encurtador.com.br/hopZ3. Último acesso em: 22 jun. 2020.

PARANÁ. SEED em Números.

http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofqpmnre.jsp?mes=06&ano=2020&coddisc=2201&descdisc=FILOSOFIA.

PARANÁ. **Programa de Desenvolvimento Educacional: Linhas de Estudo Filosofia**. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_rotatorios/2013/le_filosofia.pdf . Último acesso: 18 fev. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Educação Para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaio insólitos**. Rio de Janeiro: Ludens, 2011.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Trad. María Encarnación Moya. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011).